

DA REVOLUÇÃO RESTAURADORA À BATALHA FINAL

Por Adriano Miranda Lima

2.^a Parte

A DEFESA MILITAR DO REINO

Medidas Imediatas

Ao longo de vinte e oito anos, Portugal teve de lutar obstinadamente pela sua independência, envolvendo-se numa guerra que se estendeu aos quatro continentes, dado que as operações militares não se restringiram ao território europeu. Com a posse do Brasil e dos territórios em África e na Ásia, Portugal detinha então um poderio político que não se formatava numa simples e diminuta pátria ibérica, mas que se agigantava num prolongamento ultramarino que rivalizava com a Espanha e alimentava a cobiça da Holanda e da Inglaterra.

A traço largo, vejamos como reagiu D. João IV face à gravidade dos desafios que o aguardavam. Quando o monarca assumiu os destinos da nação, a capacidade militar do reino era muito limitada pois, durante o regime filipino, a pouco e pouco fora sendo desguarnecido o dispositivo de defesa fronteiriça, muitas vezes com a finalidade de utilizar forças militares portuguesas nas guerras europeias em que a Espanha estava envolvida. Mas quando, em 1639, Filipe IV (Filipe III de Portugal) ordenou a entrega, nas sedes das comarcas, de todas as armas na posse das populações, ficou comprometida a possibilidade de, no futuro, o país poder aprontar uma força militar de um momento para outro. Só restava a organização das antigas “Ordenanças” que, aperfeiçoada na sua estrutura e apetrechamento, poderia polarizar o desenvolvimento de uma primeira resistência contra qualquer arremetida do invasor. Mas a debilidade da defesa do país, forçada pelas conveniências do ocupante, tinha outros aspectos de não menor importância, consequência do desconhecimento em que se vivia em relação ao que se passava lá fora. Com efeito, os portugueses não estavam familiarizados com as novas tácticas e processos de guerra em uso na Europa, decorrentes do desenvolvimento das armas de fogo, e não havia chefes e comandantes actualizados e em quantidade suficiente para assumir eficazmente a defesa do país. Ora, a Guerra dos Trinta Anos, se outro mérito não teve, pelo menos fez evoluir a ciência da guerra.

Valendo-se dos recursos disponíveis do país e, muitas vezes, dos seus próprios bens, D. João IV procurou agir de imediato e, entre outras, tomou as seguintes medidas importantes:

- Restabeleceu a organização dos Terços que vigorava até 1570;
- Criou o Conselho de Guerra Permanente, constituído pelos fidalgos mais experientes em assuntos de milícias, e destinado a centralizar e superintender em todos os assuntos ligados à guerra;
- Criou os altos cargos de tenente-general da artilharia do reino e de tenente-general de cavalaria;

- Para assegurar o recrutamento, instrução e disciplina das tropas, criou os cargos de governadores das armas das províncias do Alentejo, Algarve, Trás-os-Montes, Beira, Minho e Estremadura, compreendendo estas um total de 25 comarcas e diversas capitánias, tendo à frente um capitão-mor e dois ajudantes;

- Reorganizou o sistema de “levas”, tornando o serviço militar obrigatório “para todos os homens válidos dos 16 aos 60 anos, mas com isenção dos lavradores e dos filhos das viúvas” que com elas coabitassem. Surge, assim, o primeiro exército permanente em Portugal com terços regulares e terços auxiliares, estes formando o segundo escalão territorial, sendo os oficiais nomeados entre os nobres e os graduados e os soldados recrutados nas listas das companhias de ordenanças constituídas pelos restantes homens válidos;

- O Rei ordenou, além disso, a reparação de castelos e fortalezas e a abertura de caminhos, em especial na província do Alentejo, e fundou coudelarias e fábricas de material de guerra e munições.

A reorganização militar operada e o apetrechamento do país para todos os desafios futuros viriam a contar com duas importantes figuras que viriam a ter papel de destaque na última fase da Guerra da Restauração, entrando em cena já no reinado de D. Afonso VI, a saber:

- O 3º conde de Castelo Melhor, Luís de Vasconcelos e Sousa, filho do 2º conde de Castelo Melhor, inicialmente valido de D. Afonso VI, governou o país de 1662 a 1667, a seguir ao golpe de estado de 21 de Junho de 1662 por si protagonizado. Empreendeu uma notável acção política e assegurou as condições para as vitórias militares finais da guerra da Restauração, não só dando continuidade às primeiras medidas da Restauração como ampliando-as e consolidando-as, mercê de uma hábil diplomacia e de um conjunto acertado de medidas na fase mais decisiva da guerra;

- O conde de Schomberg, general alemão contratado ao Exército Francês em finais de 1659, com mais 600 oficiais franceses, para servir no Exército Português. Teve primeiro o posto de mestre-de-campo-general e depois comandante geral de todas as forças estrangeiras presentes em Portugal. Apesar dos ciúmes e do despeito que o seu contrato causou entre os oficiais portugueses, Schomberg deu um grande contributo para o desenvolvimento da arte da guerra em Portugal, conseguindo, entre outras técnicas, adestrar o exército a acampar em formação de combate, com notáveis ganhos de rapidez na transição para a acção. Introduziu também a organização regimental francesa, com efectivos mais reduzidos, obrigando ao desdobramento dos antigos terços criados logo a seguir à Restauração, o que foi imposto pela necessidade de compatibilização com a táctica utilizada pelas forças militares aliadas de Portugal, vindas de Inglaterra e França. E também, por sua influência, foi introduzida a moda francesa da casaca militar em vez do gibão, *à la Schomberg*, como ficou conhecida em Portugal.

A importância de Castelo Melhor e de Schomberg é sublinhada por Carlos Selvagem: “Foi com Castelo Melhor e com Schomberg que a guerra entrou verdadeiramente na sua fase decisiva e de real interesse político-estratégico. Schomberg, no campo, como chefe do estado-maior e Castelo Melhor, no Conselho, como organizador da retaguarda, realizavam, na mais perfeita comunhão de vistas e conjugação de esforços, o bloco dinâmico e potente que conduz as pátrias às vitórias” (Carlos Selvagem, 1931, p. 440).



Conde de Castelo Melhor



Conde de Schomberg

É com estas medidas que Portugal se aprontou para fazer face aos diversos tipos de ameaça que sobre o país impendiam.

A acção do jesuíta padre António Vieira em todo este contexto não pode deixar de ser também aqui realçada. Regressado do Brasil em 1643, fez parte do Conselho de Defesa Privado de D. João IV e mais tarde de D. Afonso VI, tendo tido uma notável influência como político e como diplomata em toda a acção desenvolvida como conselheiro do Rei. Recomendou ao rei uma atitude defensiva generalizada, fortificando as povoações ao estilo “Vauban”¹, já ensaiado com sucesso em França, e recorrendo ao auxílio estrangeiro, em particular a contratação de generais e oficiais com experiência adquirida na guerra que assolava a Europa desde 1618, sabedor do desfasamento em que se encontravam os oficiais nacionais em relação às mais modernas técnicas de guerra². Incorporou mesmo uma delegação à França para conseguir, junto do marechal Turenne, favorável à nossa causa, os apoios de natureza militar necessários, e é na sequência desta diligência que é contratado o conde de Schomberg e mais seiscentos oficiais franceses. Além disso, a sua figura moral foi um factor revitalizante das energias nacionais, mormente através dos seus célebres sermões, que muito contribuíram para a mobilização da defesa militar do país. Dir-se-á, sem reбуço, que o padre António Vieira foi um importante factor de valorização moral do potencial estratégico quando Portugal equacionava os meios e os processos para salvar a sua independência.

Em jeito de balanço final, razão tem Oliveira Marques para afirmar que a acção do

¹ Sébastien Le Prestre, marquês de Vauban (1633 - 1707), também conhecido por Sébastien Le Prestre de Vauban, foi um arquitecto militar francês, introdutor do chamado estilo Vauban de fortificação. Especialista em poliorcética, diz-se que deu à França uma impenetrável cintura de aço. Foi nomeado Marechal de França por Luís XIX.

² Refira-se que nessa época ainda não havia escolas militares.

monarca foi caracterizada por sensatez política e sentido de equilíbrio, requisitos sem dúvida indispensáveis numa altura crítica e em que era necessário congregar vontades e fortalecer a unidade nacional em torno das difíceis tarefas da restauração e da recuperação das energias nacionais:

D. João IV morreu em 1656. O seu governo fora marcado por prudência e por uma série de medidas acertadas na administração. O monarca absteve-se (ou foi impedido) de absolutismo extremo, preferindo partilhar a tarefa governativa com um certo número de conselhos e tribunais, cujos membros nomeava mas cujas decisões só muito em geral guiava e superentendia. O poder foi, assim, transferido directamente para a nobreza e a alta burocracia, onde se recrutavam os membros dos conselhos. (Oliveira Marques, 1986, p. 182).

Condicionamentos Geográficos da Estratégia Militar³

A defesa de Portugal englobava uma complexa dimensão pluricontinental, circunstância que D. João IV e os responsáveis pelo destino do país não ignoravam, quando sopesaram os factores da situação. Além do território nacional na Península Ibérica, importava igualmente defender o Brasil e todos os outros territórios em África e no Índico contra as incursões de espanhóis, holandeses e outros povos.

Contudo, a defesa no território metropolitano era a preocupação imediata, estando a ameaça logo ao virar da fronteira e o coração do império, Lisboa, a apenas 200 Km da fronteira. Se a reorganização das estruturas de defesa (estratégia estrutural) e a produção e obtenção de meios militares (estratégia genética) eram preocupações imediatas, a concepção geoestratégica da defesa não era um cuidado menos importante, bem pelo contrário, era um factor decisivo, como de facto viria a ser.

Nesse ano de 1640, prevaleciam, e por largas dezenas de anos ainda se manteriam, as características geopolíticas e geoestratégicas que definiam os quatro teatros de operações distintos do território nacional na Península Ibérica, designadamente: o do Alentejo, o do Minho, o de Trás-os-Montes e o da Beira, que aqui se indicam por ordem decrescente da intensidade das acções que neles se haveriam de verificar. O de Trás-os-Montes é montanhoso, arborizado, bastante povoado, nomeadamente junto da fronteira, aberto a efectivos limitados e facilitando a defesa, em especial com o recurso a guerrilha. O do Minho apresenta sensivelmente as mesmas características físicas do anterior, mas mais povoado, dispondo de faixa litoral que facilita a progressão. O da Beira tem também as mesmas características do teatro transmontano em relação à parte física e humana, mas é aberto uma vez descido o planalto e atingida a planície litoral. Finalmente, temos o teatro do Alentejo, geralmente aberto a todas as investidas, em especial na sua metade norte, e muito menos povoado do que os outros, dificultando assim a defesa e permitindo o acesso mais fácil, curto e directo ao objectivo principal do território, Lisboa.

No historial dos nossos conflitos com a Espanha, o teatro de operações do Alentejo foi sempre dos mais utilizados para a entrada no nosso território, constituindo o último episódio histórico a ofensiva levada a efeito em 1580 pelo Duque d'Alba. Este entrou por uma linha de invasão definida por Badajoz, Elvas, Estremoz e Montemor-o-Novo, e

³ IAEM, Geografia Militar, Lisboa, 1982, passim.

progrediu até atingir Setúbal. Aqui embarcou numa esquadra que, em manobra conjunta, tinha partido de Cadiz, e desembarcou em Cascais, atacando Lisboa e derrotando as forças do Prior do Crato.

Com efeito, o teatro alentejano, sobretudo na sua região norte, é o mais fácil para a invasão proveniente de Espanha e que queira atingir a capital no mais curto espaço de tempo, por nele serem escassos os acidentes do terreno que restrinjam a mobilidade, além de ser pouco povoado. Sendo o teatro que o inimigo teria toda a probabilidade de utilizar, a estratégia geral da defesa tinha de ser efectivamente orientada para ele, e com razão acrescida quando, na inventariação das necessidades, se aquilatou que era o mais carenciado em efectivos e fortificações capazes de conter o inimigo.

Os teatros de operações do Norte, com o seu terreno mais acidentado e arborizado e com maior densidade populacional, embora esta com menor expressão no de Trás-os-Montes, não eram os que mais facilitavam ao inimigo bons eixos de invasão e penetração no território nacional. As populações aí residentes, pelas características do terreno, dispunham de melhores condições para oferecer ao inimigo uma luta irregular de emboscadas, golpes de mão e incursões para assaltos além-fronteiras a objectivos inimigos, visando a destruição de meios de vida e recolha de despojos. Desta forma, as condições permitiam poupar forças para as empregar no teatro alentejano, onde o inimigo encontrava as condições ideais para a guerra geométrica e alinhada, imposta pelos dispositivos e formações tácticas das tropas regulares.

A Ciência Militar no Século XVII

Sendo o nosso tema enquadrante a Guerra da Restauração, faz sentido abordar sucintamente as técnicas e as tácticas de guerra que predominavam na Europa do século XVII, na altura em que Portugal reconstituía a sua capacidade de defesa e se preparava para enfrentar um dos mais modernos exércitos europeus. No século XVI, os exércitos europeus utilizaram nas suas guerras a táctica HISPANO-ITALIANA, caracterizada pela preponderância e heterogeneidade da infantaria, complexidade das suas funções, bom emprego dos fogos, independência de acção dos arcabuzeiros e aproveitamento das condições do terreno. Mas, durante a guerra com os turcos, os capitães alemães introduziram alterações nessa táctica, procurando, com a superioridade de efectivos, compensar a qualidade inferior das suas tropas, o que deu origem a formações compactas de massas profundas, em que a artilharia fazia grandes estragos. Desta forma, os efeitos da artilharia e o crescente aumento das armas de fogo puseram em evidência a necessidade de adelgaçar as formações de combate pelo alargamento das frentes e diminuição da profundidade, para minimizar a dimensão dos alvos rentáveis para a artilharia.

Assim, iniciou-se uma nova tendência com Gonçalo de Córdova, e Maurício de Nassau confirmou-a com as suas inovações, mas foi Gustavo Adolfo (1594-1632) que definiu os princípios da nova táctica como doutrina que havia de predominar no século XVII, precursora da era napoleónica.

As inovações introduzidas por Nassau (Táctica Holandesa) foram determinadas menos pelo aperfeiçoamento e generalização das armas de fogo portáteis do que pelas

circunstâncias políticas em que foi obrigado a combater na Flandres os terços espanhóis (escola hispano-italiana). Sendo o seu conceito inovador vencer a massa com a mobilidade, as suas reformas abrangeram as três armas, mas foi a infantaria a que lhe mereceu especial atenção. Assim, resumidamente:

- Introduziu na infantaria a combinação do armamento, em vez da mistura de armas brancas e armas de fogo dentro das mesmas subunidades, promovendo a reiteração de esforços entre formações em três linhas, convenientemente distanciadas;

- Organizou a infantaria em batalhões de 500 homens, fraccionados em duas subunidades, um de 300 piqueiros e outro de 200 mosqueteiros, e com cada grupo de 8 batalhões constituiu uma espécie de brigada;

- Com esta inovação ao nível da organização e articulação das unidades e subunidades, e com a diferenciação na atribuição do armamento, a doutrina táctica consistia no apoio mútuo e na reiteração de esforços, mediante o avanço escalonado e alternado;

- Na cavalaria, Nassau também reduziu a massa em proveito da mobilidade, organizando-a em esquadrões de 200 cavalos, para empregá-la como cavalaria de batalha e cavalaria divisionária;

- Quanto à artilharia, ainda não organizada em formações regulares, Nassau dividiu-a em artilharia de linha e artilharia ligeira.

Gustavo Adolfo, rei da Suécia (1594-1632), grande admirador de Nassau, pegou na doutrina táctica por ele desenvolvida e aperfeiçoou-a em todos os detalhes (TÁCTICA SUECA). Vejamos a grosso modo os aperfeiçoamentos introduzidos:

- A infantaria foi organizada em unidades de maior dimensão (regimentos) que se distinguiam pelas cores dos vivos — origem dos uniformes — com maior proporção de mosqueteiros, os quais passaram a dispor de mosquetes mais leves e já providos de cartucheiras e cartuchos de papel inventados pelo próprio Gustavo Adolfo. Vê-se que o progresso industrial é já um factor influente nas presentes reformas, as quais são particularmente valorizadas pela simplificação e aperfeiçoamento do armamento;

- A cavalaria foi diferenciada entre couraceiros e dragões, beneficiando também do aligeiramento do armamento: couraceiros, com elmo e simples couraça, espada, clavina e pistolas; dragões, com arcabuz de mecha, espada e pistola;

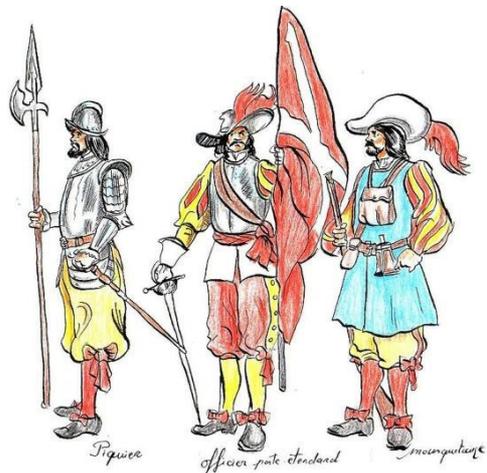
- A artilharia foi dividida, em função dos calibres, em artilharia de batalha e artilharia de posição. A primeira acompanhava a infantaria e a cavalaria nas marchas;

Em função destes aperfeiçoamentos a nível do equipamento e da organização, Gustavo Adolfo tinha de aperfeiçoar e adequar a táctica:

- Na infantaria, as formações de combate agrupavam pequenas unidades independentes de piqueiros e mosqueteiros, com 3 ou 6 filas de profundidade. Os piqueiros combatiam em linhas cerradas, cotovelo com cotovelo; os mosqueteiros deviam guardar entre si os intervalos estritamente necessários para facilitarem o manejo de fogo, que podia ser por fileiras ou por pelotões;

- Para a cavalaria, ressuscitou a tradição medieval da carga, por entender o fogo como um mero elemento auxiliar. A carga, iniciada a curto trote, ia acelerando gradualmente até se tornar em galopada de avalanche;

- Em conformidade com estas modificações ao nível da organização e da tática, foram criadas novas ordens de batalha, em brigadas, meia-brigadas e quartos-de-brigada, por escalões alternados de piqueiros e mosqueteiros, apoiados e reforçados por cavalaria, em que havia uma conjugação inter-armas aproveitando os melhoramentos introduzidos.



Soldados de um terço do século XVII. Da esquerda para a direita: piqueiro (alabardeiro), alferes e arcabuzeiro.

Mas de todas as inovações a que incidiu sobre os dispositivos e disciplina de marcha é que resultaram numa efectiva melhoria na manobra e, consequentemente, na mobilidade das tropas. Até então, as formações em marcha de batalha eram pastosas e lentas, dificultando o rápido desenvolvimento para a entrada em combate.

Gustavo Adolfo concebeu formações de costado para facilitar as marchas, permitindo passar rapidamente à ordem de batalha em frente do inimigo e no próprio terreno da batalha, sem confusões, atropelos ou evoluções morosas. No âmbito da estratégia, importa dizer que pouca evolução houve, mantendo-se a importância estratégica das praças-fortes em detrimento da batalha campal e decisiva, que eram evitadas em virtude de perdas pesadas em homens, equipamentos e mantimentos, difíceis de remediar. No entanto, Gustavo Adolfo rompeu com o *modus faciendi* anterior, adoptando decisões rápidas e evitando deter-se em assédio a praças, não respeitando a trégua do Inverno e procurando sempre a destruição do inimigo por acções ofensivas enérgicas e de grande mobilidade.

Este era em linhas gerais o quadro genérico da ciência militar da Europa em 1640, de

que Portugal se encontrava afastado, por razões óbvias, quando pegou em armas para defender a sua independência. É exactamente por esta razão que a vinda do conde de Schomberg para Portugal foi uma medida acertada ao permitir a introdução das mais avançadas técnicas e tácticas militares, discípulo que o conde tinha sido do marechal de França Turenne e este adepto da ciência militar de Gustavo Adolfo.



Equipamento defensivo de cavalaria, séc. XVII: capacete do tipo *zischagge*, couraça laminada sobre casaca de couro, braçais e manoplas. Pode ver-se, à esquerda, um estoque de cavalaria. Este equipamento raramente era usado de forma tão completa, excepto por oficiais superiores e generais ou por alguns militares das suas companhias de escolta. Foto de JPF, Musée Militaire des Invalides, Paris. (Imagem e elementos descritivos colhidos no blogue *Guerra da Restauração* em 11/11/2018.



Reconstituição de soldados da Guerra da Restauração

AS CAMPANHAS DA RESTAURAÇÃO

Resumo de 28 Anos de Campanha

Durante vinte e oito anos Portugal teve de pegar em armas para defender encarniçadamente a sua independência e ao mesmo tempo recuperar os seus territórios ultramarinos, parte dos quais havia sido ocupada.

Carlos Selvagem⁴, na sua obra *Portugal Militar*⁵, divide a guerra entre Portugal e Espanha em quatro fases, assim descrevendo as várias batalhas e empenhamentos bélicos. Faremos uma brevíssima alusão a essas quatro fases, reservando à batalha de Montes Claros um tratamento posterior mais exaustivo, como é objectivo destas notas.

Numa 1ª fase, que vai de 1641 a 1646, há a referir apenas ligeiras incursões fronteiriças de parte a parte, com a vitória das tropas portuguesas em Montijo, (pequena povoação na área de Badajoz), e os ataques, repelidos, das tropas espanholas às Linhas de Elvas (1ª acção) e à povoação próxima de Santo Aleixo, que chegaram a tomar. A lentidão da condução das operações por parte dos dois exércitos levou à substituição dos respectivos comandantes.

Numa 2ª fase, de 1647 a 1656, manteve-se o mesmo quadro de acções militares, mas agora conduzidas com maior iniciativa, empenho e espírito ofensivo por parte das tropas portuguesas, ainda que sem resultados compensadores.

Numa 3ª fase, de 1657 a 1659, regista-se uma maior tendência ofensiva por parte dos espanhóis, que conseguem tomar Olivença e outras povoações menores. Tentativa análoga foi empreendida, mas sem êxito, sobre a vila de Mourão, em 1658, e sobre as Linhas de Elvas (2ª acção), em 1659. Por parte das tropas portuguesas, verificou-se o cerco e assalto à praça de Badajoz, sem êxito.

Numa 4ª fase, de 1660 a 1668, ano em que terminaria o conflito, o conde de Schomberg está já nas funções militares para que fora contratado e o conde de Castelo Melhor à frente dos destinos do país. Nesta última fase da guerra, os espanhóis já tinham resolvido as dissensões que os opunham à França, à Itália e à Catalunha, estando livres, portanto, para empenharem muito mais potencial militar contra Portugal. Verificar-se-iam nesta fase as vitórias do Exército Português em Ameixial (8 de Julho de 1663) e Montes Claros (17 de Junho de 1665), as quais, em especial a última, conjuntamente com os êxitos que posteriormente também se obtiveram nos teatros do Minho e de Trás-os-Montes, decidiriam a nosso favor o termo da guerra.

Fim da 2.ª Parte

⁴ Carlos Selvagem é o nome literário de Carlos Tavares Andrade Afonso dos Santos Lisboa, nascido em 1890 e falecido em 1973, tendo sido major do exército, escritor, historiador e jornalista. É autor da obra *Portugal Militar*.

⁵ SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1931.